

GUARDA MUNICIPAL

Nome:

Inscrição:



Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

**FRAUDAR OU TENTAR FRAUDAR CONCURSOS PÚBLICOS É CRIME!
PREVISTO NO ART. 311-A DO CÓDIGO PENAL**

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 6.

Meias facilitam o sono

Minha esposa é fetichista de meias. São seus esquis de pano pela casa. Ela não abdica de um bom par felpudo para adormecer. E não é que ela tem razão?

Não posso mais reclamar das suas peças encardidas.

Pesquisas de neurociência indicam que dormir de meias facilita o sono. Nosso organismo está mais quente durante a tarde, especialmente entre 16h e 20h, nos períodos de hiperatividade.

A partir do anoitecer e do desacelerar das atividades profissionais, seguindo os ponteiros do nosso relógio biológico, nossa temperatura começa a cair e passamos a experimentar dormência, a bocejar, a pedir uma pausa. Nesse instante, as meias ajudam o esfriamento equilibrado do corpo.

Proteger as extremidades nos deixa anestesiados das preocupações e eleva o nosso bem-estar. Pés aquecidos são amigos da paz e da tranquilidade. São aliados do relaxamento. Além da proteção térmica, é um conforto emocional equivalente a uma xícara de chá quente, ou um copo de leite morno, ou roupas de cama lavadas.

O que explica por que Beatriz é uma pedra ao meu lado, uma pedra sonhando oceanos. Não acorda por nada, nem pelo meu ronco – aquelas meias também devem funcionar como protetores auditivos.

Eu não sou adepto das meias na cama. Não suporto a ideia de ter meus pés presos. Um simples tecido aperta a minha circulação como grilhões na hora de me encontrar com Morfeu.

Durante o dia, não tenho problema nenhum. Sou bem gaúcho, combino as meias com os chinelos. Meu trauma é no momento de me deitar.

Acho que, para contrabalançar, vou dormir de luvas. Assim também corrijo o defeito da intimidade dos dedos absolutamente gelados.

Sempre que tento fazer um carinho de boa-noite nas suas costas, minha esposa diz:

— Parece morto. Aqueça suas mãos antes.

Fabrizio Carpinejar - Texto Adaptado

Acesso em: <https://tinyurl.com/yu4ekz8f>

1. A vírgula empregada no trecho "Durante o dia, não tenho problema nenhum", de acordo com as regras de pontuação, poderia ser suprimida, assim como em "Nesse instante, as meias ajudam o esfriamento equilibrado do corpo".

2. No trecho "Nesse instante, as meias ajudam o esfriamento equilibrado do corpo" o pronome demonstrativo (Em + esse) foi incorretamente empregado uma vez que deveria ser utilizado "NESTE" pois está se referindo a uma informação que foi dita anteriormente "A partir do anoitecer".

3. Embora reconheça o benefício das meias, o autor o contrapõe à sua experiência pessoal. Ele admite que não gosta de usar meias para dormir, descrevendo-as de forma exagerada como "grilhões" que prendem seus pés. Essa hipérbole serve para enfatizar seu desconforto e adicionar uma camada de humor.

4. No trecho "Sou bem gaúcho, combino as meias com os chinelos", a palavra "gaúcho" é acentuada pelo seguinte motivo: "Acentuam-se o "i" e "u" átonos quando formam hiato com a vogal anterior, estando eles sozinhos na sílaba ou acompanhados apenas de "s", desde que não sejam seguidos por "-nh".

5. No trecho "O que explica POR QUE Beatriz é uma pedra ao meu lado, uma pedra sonhando oceanos", o termo em destaque foi corretamente empregado assim como em "Será que o cachorro está bravo desse jeito POR QUE ele está ouvindo um barulho estranho no quintal?"

6. Na frase que foi construída baseada no texto "Fabrizio Carpinejar, acompanhado de sua esposa, observa como meias felpudas contribuem para um sono mais tranquilo", a forma verbal "observa" está de acordo com as regras de concordância verbal.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 7 a 12.

Na era digital, a criação, manipulação, proteção e compartilhamento de informações são elementos centrais das atividades cotidianas de indivíduos e organizações. Ferramentas como o Microsoft Word e Excel são essenciais para a criação e gestão de documentos e dados, enquanto a segurança da informação se torna indispensável para proteger esses ativos digitais contra ameaças crescentes.

Tendo o texto acima como referência, e considerando a amplitude do tema que ele aborda, julgue os itens subsequentes:

7. Para salvar um documento no Word pela primeira vez, basta clicar em 'Salvar', na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, sem precisar acessar a guia 'Arquivo'. A partir daí, o Word salva automaticamente o documento no formato .docx, sem oferecer a opção de escolher outro formato ou local para salvamento, o que limita a

flexibilidade do usuário.

8. A função CORRESP no Excel é usada para localizar e retornar o valor de uma célula específica dentro de um intervalo, permitindo que o usuário encontre e extraia diretamente o dado desejado, como um número ou um texto, sem precisar retornar sua posição relativa dentro do intervalo.

9. Criar um novo documento no Word usando um modelo é uma maneira eficiente de começar, pois os modelos vêm com temas, estilos e formatações predefinidos que facilitam o processo de design e layout. A galeria de modelos do Word oferece uma ampla variedade de opções para diferentes tipos de documentos, e os usuários podem escolher rapidamente um modelo da galeria inicial, explorar categorias ou até mesmo buscar novos modelos online, adaptando-os conforme necessário.

10. A segurança da internet se limita apenas à proteção dos navegadores e do comportamento online dos usuários, sem envolver outros aspectos de segurança digital, como a proteção de redes e dispositivos. A implementação de práticas como a criação de senhas fortes e o uso de firewalls é desnecessária se o usuário evita sites suspeitos e não compartilha informações pessoais na web, já que essas medidas são suficientes para garantir a segurança online.

11. A segurança da informação envolve um conjunto abrangente de ações que visam a proteger dados, dispositivos, sistemas, servidores e redes contra ameaças. Ela atua de forma preventiva e corretiva, identificando, registrando e combatendo riscos como malware, ataques de phishing e violações de dados. Entre as práticas recomendadas, estão a criação de senhas fortes, o uso de conexões seguras e a instalação de antivírus e firewalls para proteger as informações em ambientes digitais.

12. A função PROCV no Excel é amplamente utilizada para localizar informações em linhas de uma tabela ou intervalo, especialmente quando você precisa buscar um valor específico, como um número de identificação, e retornar outro valor associado na mesma linha, como um nome ou número de telefone. Essa função é essencial para quem trabalha com grandes volumes de dados e precisa realizar buscas rápidas e precisas dentro de tabelas organizadas verticalmente.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 16.

O município de Ibirajuba (PE) de acordo com o IBGE (2022) possuía uma população de cerca de 7.140 pessoas, ao se comparar o nível populacional desse

município com os demais municípios do país, ele encontra-se na posição 3.613°.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Acesso em: <https://tinyurl.com/y76zc8w6>

13. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da cidade de Ibirajuba, avaliado para 2021, esteve concentrado entre 6.000 reais e 8.000 reais.

14. O salário médio mensal dos trabalhadores formais do município de Ibirajuba (PE) está contemplado entre 1,0 e 1,5 salários mínimos.

15. O município de Ibirajuba (PE) é o maior em área de unidade territorial, dentre os demais municípios do Estado de Pernambuco.

16. O município de Ibirajuba (PE) teve origem na antiga povoação de Gameleira. Além disso, comemora o seu aniversário no mês de dezembro.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 17 a 20.

O município de Ibirajuba (PE) foi originado do povoado de Gameleira, nome de uma árvore que é bastante comum na localidade.

Fonte: Base de Dados do Estado (BDE)

Acesso em: <https://tinyurl.com/6kjd9j7t>

17. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2022, no município de Ibirajuba (PE), o quantitativo de mulheres era quase o dobro do quantitativo de homens.

18. O município de Ibirajuba (PE) tem como significado do seu nome uma palavra de origem indígena, que significa "árvore amarela".

19. Antes de tornar-se um município, Ibirajuba era um distrito que pertencia ao município de Altinho.

20. Dentre os produtos agrícolas que são produzidos em larga escala no município de Ibirajuba (PE), constam: banana, grão de bico, arroz e trigo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 24.

João, servidor público municipal, foi denunciado por suspeita de prática de atos de improbidade administrativa relacionados ao desvio de recursos públicos. A prefeitura instaurou um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar as acusações. Durante o processo, João teve acesso aos documentos que embasavam a denúncia, mas foi informado de que alguns dados sigilosos não poderiam ser revelados, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação. Ao final do PAD, constatou-se a prática de improbidade administrativa, e João foi responsabilizado administrativamente.

21. João, ao ser acusado de improbidade administrativa, tem o direito de acessar todos os documentos do processo, independentemente de serem sigilosos ou não.

22. A conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que responsabiliza João administrativamente pela prática de improbidade administrativa deve ser baseada em provas obtidas de forma lícita.

23. A responsabilização de João no Processo Administrativo Disciplinar implica automaticamente sua responsabilidade criminal pelo ato de improbidade administrativa.

24. No processo administrativo disciplinar instaurado contra João, a não observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa pode resultar na nulidade do processo.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 25 a 28.

A Prefeitura Municipal de São Vicente está passando por um processo de reavaliação de seus bens públicos, especialmente imóveis que não estão sendo utilizados de maneira eficiente. O gestor responsável, Ricardo, propôs a alienação de um prédio municipal localizado no centro da cidade, com o objetivo de utilizar os recursos obtidos para construir novas escolas. Durante a reunião para discutir essa proposta, surgiram dúvidas sobre o procedimento legal adequado para a alienação de bens públicos e a necessidade de aprovação legislativa.

Enquanto isso, na Secretaria de Administração, uma sindicância foi aberta para investigar a conduta de servidores suspeitos de desvio de materiais. Foi decidido que, após a conclusão da sindicância, caso as irregularidades sejam comprovadas, será instaurado um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para aplicar as sanções cabíveis. Além disso, o Departamento de Tecnologia da Informação está revisando a política de tratamento de dados dos servidores, visando adequar-se à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD),

especialmente no que diz respeito ao tratamento de informações pessoais de servidores públicos.

25. Uma sindicância pode ser instaurada para apurar infrações menores cometidas por servidores, podendo resultar em sanções como advertência ou suspensão.

26. O Processo Administrativo Disciplinar só pode ser instaurado mediante provocação, não sendo permitido que a administração pública o faça de ofício.

27. Bens públicos, como um prédio pertencente ao município, podem ser objeto de alienação desde que atendidos os requisitos legais estabelecidos.

28. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) não se aplica às informações pessoais de servidores públicos no exercício de suas funções.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 29 a 32.

Em um município do interior, a prefeita Maria decidiu implementar uma série de reformas na administração pública local, buscando maior eficiência e transparência nos serviços prestados à população. Durante uma audiência pública, foram discutidas propostas de redução de cargos comissionados e novas diretrizes para o acesso a informações públicas, em conformidade com os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Ao final da audiência, os cidadãos questionaram sobre a competência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em relação à fiscalização da administração pública e à implementação das reformas.

29. Os cidadãos presentes na audiência pública têm o direito de solicitar acesso às informações públicas discutidas pela prefeita, com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.

30. O Poder Legislativo tem a função primordial de fiscalizar os atos do Poder Executivo, sendo essa uma de suas principais atribuições.

31. O Poder Judiciário tem o poder de sustar, de ofício, qualquer ato administrativo da prefeita Maria que julgar inconstitucional ou ilegal, sem a necessidade de provocação.

32. A prefeita Maria pode, de maneira discricionária, alterar a estrutura da administração pública municipal sem a participação do Poder Legislativo, desde que a medida vise a melhoria da eficiência administrativa.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 33 a 36.

Em uma cidade do litoral, a população enfrenta um aumento significativo de crimes violentos, o que motivou a criação de um plano de segurança pública integrado, envolvendo a Guarda Municipal, as Polícias Militar e Civil e outros órgãos de segurança. Durante a apresentação do plano, foram discutidas questões relacionadas ao papel de cada órgão e à proteção dos direitos individuais e coletivos da população.

33. A Guarda Municipal, como órgão de segurança pública, tem atribuições previstas na Constituição Federal para atuar de forma ostensiva e investigativa no combate à criminalidade.

34. Os direitos individuais dos cidadãos devem ser respeitados, mesmo durante operações policiais, como determina a Constituição Federal, que assegura a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

35. As Polícias Militar e Civil, como instituições permanentes, estão vinculadas diretamente ao Poder Executivo federal, com o objetivo de garantir a segurança pública em todos os níveis constitucionais.

36. A segurança pública, conforme a Constituição, é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 37 a 44.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas que estabelece, em seus 30 artigos, os direitos e liberdades fundamentais inerentes a todos os seres humanos. Esse marco global dos direitos humanos reconhece a dignidade intrínseca e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana, como base da liberdade, justiça e paz no mundo. A Declaração serve como referência universal para a promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo, influenciando legislações e tratados internacionais.

No âmbito regional, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, foi um avanço significativo para a proteção dos direitos humanos nas Américas. Esse tratado, ratificado pelo Brasil e incorporado ao ordenamento jurídico nacional por meio do Decreto Federal nº 678/1992, consagra uma ampla gama de direitos civis e políticos, como o direito à vida, à

liberdade, à segurança pessoal e à proteção judicial, bem como estabelece mecanismos de supervisão, como a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, para garantir a observância desses direitos.

Esses instrumentos internacionais e regionais formam uma estrutura robusta para a proteção dos direitos humanos, promovendo a responsabilidade dos Estados em garantir que os direitos e liberdades de todos os indivíduos sejam respeitados e protegidos. Eles desempenham um papel crucial na consolidação de uma cultura de direitos humanos, tanto globalmente quanto nas Américas, fornecendo bases normativas e operacionais para a defesa dos direitos fundamentais.

Julgue os itens a seguir, a respeito do texto acima:

37. A Terceira Conferência Interamericana Extraordinária de 1967 aprovou a inclusão na Carta da OEA de normas mais amplas sobre direitos econômicos, sociais e educacionais, e determinou que uma Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos deveria estabelecer a estrutura e o processo dos órgãos responsáveis por esses direitos.

38. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, reconhece que liberdade pessoal e justiça social no continente, fundamentado no respeito aos direitos humanos essenciais, derivam da própria nacionalidade de um indivíduo. Por isso, esses direitos justificam uma proteção internacional, que deve complementar ou apoiar a proteção oferecida pelo direito interno dos Estados.

39. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Caso contrário, ferem diretamente o artigo 5º da declaração universal dos direitos humanos, que diz que "Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

40. O Artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que toda pessoa tem o direito de circular livremente e escolher sua residência dentro de um Estado, assegurando a liberdade de movimento além das fronteiras de seu próprio país. Além disso, o artigo garante que toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e de retornar a ele, protegendo o direito de emigração e imigração.

41. O Artigo 5º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos permite que, em casos de segurança nacional, uma pessoa privada da liberdade possa ser submetida a tratamentos severos e restrições extremas, desde que sejam justificadas pelo contexto.

42. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) não concede ou sanciona os direitos, mas os proclama como universais e inerentes a todos os seres humanos, estabelecendo um padrão ético para os Estados.

43. Toda pessoa tem o direito fundamental à vida, que deve ser respeitado e protegido pela lei, em geral, desde o momento da concepção, conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Esse preceito garante que ninguém pode ser privado da vida de forma arbitrária ou injusta, impondo uma obrigação legal de proteção à vida em todas as circunstâncias, exceto em casos previstos por lei e respeitando os princípios de justiça e devido processo.

44. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, reconhece que o ideal de um ser humano livre, sem temor e miséria, só pode ser alcançado quando são criadas condições para que todos possam usufruir de seus direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 45 a 48.

João, ao se desentender com seu colega de trabalho, Pedro, acabou agredindo-o fisicamente durante o expediente. Como resultado, Pedro sofreu lesões leves. O incidente foi registrado, e João foi denunciado por lesão corporal, conforme o Código Penal Brasileiro. João alegou que a agressão ocorreu em legítima defesa, mas as provas apresentadas não corroboraram sua versão dos fatos. O caso foi levado ao conhecimento da autoridade policial para investigação e eventual denúncia formal.

45. João cometeu o crime de lesão corporal, previsto no Código Penal, sendo este um crime contra a pessoa.

46. João só poderá ser condenado se houver prova material da lesão sofrida por Pedro, como um laudo pericial.

47. A alegação de legítima defesa feita por João só seria válida se houvesse provas suficientes de que ele havia sido primeiramente agredido.

48. O prazo para que João seja denunciado pelo crime de lesão corporal leve prescreve em dois anos, conforme previsto na legislação penal.

O texto seguinte servirá de base para responder às

questões de 49 a 52.

Carlos, funcionário público, foi flagrado recebendo propina em troca de facilitar um processo de licenciamento ambiental. A polícia realizou uma operação após denúncia anônima, e Carlos foi preso em flagrante. Ele foi denunciado por corrupção passiva, crime previsto no Código Penal. O caso teve grande repercussão na mídia, e o processo contra Carlos foi aberto imediatamente.

49. Mesmo condenado, Carlos pode ter sua pena reduzida, caso colabore com as investigações e delate outros envolvidos no esquema de corrupção.

50. Para que Carlos seja condenado por corrupção passiva, é suficiente que tenha sido flagrado recebendo a propina, sem necessidade de se provar a solicitação da vantagem indevida.

51. Caso a pena de Carlos seja superior a dois anos, ele poderá começar a cumpri-la em regime aberto, desde que seja primário e a sentença não o desabone.

52. Carlos cometeu o crime de corrupção passiva, que é classificado como um crime contra a administração pública.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 53 a 60.

Em uma pequena cidade, durante uma noite de festividades, ocorre uma briga generalizada em um bar, resultando na morte de um dos frequentadores. A polícia é chamada imediatamente, e, ao chegar ao local, encontra um dos envolvidos, João, com uma faca ensanguentada nas mãos. Ele é preso em flagrante no local do crime e conduzido à delegacia, onde é lavrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) para documentar o incidente e a confissão preliminar de João. O local do crime é isolado e periciado, coletando-se provas que incluem a arma do crime, impressões digitais e testemunhos. Durante a investigação, o delegado abre um inquérito policial para apurar os fatos e identificar a participação de outros envolvidos.

Dado o risco de fuga e a gravidade do crime, o delegado solicita a prisão preventiva de João ao juiz, que é deferida, mantendo-o preso até o julgamento. Além disso, a polícia suspeita do envolvimento de um segundo indivíduo que fugiu da cena, mas que teve contato com João antes do crime. Para localizar e interrogar esse suspeito, o delegado solicita uma prisão temporária, visando aprofundar a investigação e esclarecer o caso.

Tendo o fragmento de texto acima como referência e considerando a amplitude do tema que ele aborda, julgue os itens subsequentes:

53. No caso descrito, a prisão em flagrante de João, que foi detido pela polícia com a faca ensanguentada logo após cometer o homicídio, configura um flagrante próprio, conforme previsto nos artigos 301 a 310 do Código de Processo Penal. Após sua captura, a polícia realizou a condução coercitiva e a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, que foi imediatamente comunicado ao juiz, ao Ministério Público e à defensoria. A audiência de custódia, a ser realizada em até 24 horas, determinará se a prisão em flagrante será relaxada, convertida em preventiva ou se João será liberado provisoriamente.

54. No caso descrito, a prisão preventiva de João foi decretada após a prisão em flagrante por homicídio, com base no risco de que ele pudesse prejudicar a instrução criminal, como ameaçar testemunhas ou destruir provas. O juiz, ao analisar o pedido, considerou esses fatores para garantir que o processo penal não fosse comprometido, cumprindo os requisitos legais previstos no Código de Processo Penal.

55. No caso descrito, após a prisão em flagrante de João pelo homicídio, a polícia lavrou um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) em vez de um inquérito, visto que o TCO é adequado para qualquer tipo de crime, inclusive os mais graves, como homicídios. O TCO, que já possui todas as provas necessárias, foi encaminhado diretamente ao Juizado Especial Criminal, dispensando a necessidade de novas investigações ou uma audiência preliminar.

56. No caso descrito, após a prisão em flagrante de João por homicídio, a prisão temporária deve ser decretada de ofício pelo juiz devido à gravidade do crime, uma vez que há existência de fundadas razões de autoria. Como o crime de homicídio é inafiançável, o juiz deve determinar a prisão temporária por, no mínimo, 90 dias, e João não pode solicitar liberdade provisória em nenhuma circunstância, mesmo que novos elementos surjam durante o processo.

57. No caso descrito, após a prisão em flagrante de João e a conclusão do inquérito pela polícia, o inquérito automaticamente se transforma em processo judicial, dispensando a análise ou a denúncia por parte do Ministério Público. As provas já coletadas no local do crime e durante a investigação serão diretamente utilizadas para a condenação de João, sem necessidade de nova produção probatória na fase judicial.

58. No caso descrito, ao chegar ao local do homicídio, a polícia imediatamente isolou a área para preservar a cena do crime, garantindo que nenhuma evidência fosse comprometida. O exame do local foi conduzido por peritos criminais que recolheram a faca ensanguentada,

impressões digitais, e outros vestígios materiais, seguindo as diretrizes do Código de Processo Penal (CPP). Essa preservação foi crucial para garantir a eficácia da perícia e a produção de um laudo pericial detalhado, indispensável para a investigação do homicídio.

59. O inquérito policial é uma investigação administrativa que tem como objetivo esclarecer os detalhes de um crime, reunir provas e responsabilizar o responsável pelo crime. O inquérito policial é realizado pela polícia judiciária e tem as seguintes características: é um procedimento instrumental e administrativo que tem como finalidade colher elementos de informação sobre a autoria e materialidade do crime; Ajuda a decidir se o caso deve ser levado adiante no processo legal ou arquivado. O inquérito policial deve ser concluído em 10 dias se o indiciado estiver preso, em flagrante ou preventivamente, ou em 30 dias, quando estiver solto. O inquérito policial pode ser instaurado pela autoridade policial de diversas formas, como: de ofício, por requisição do MP, por requerimento da vítima ou de seu representante legal, auto de prisão em flagrante. O Ministério Público, após a conclusão do inquérito, decide se vai oferecer uma denúncia formal ao indiciado do caso.

60. No caso descrito, a polícia pode optar por não realizar a audiência de custódia dentro das 24 horas após a prisão em flagrante de João, caso considere que as evidências coletadas no local do crime são suficientes para mantê-lo preso sem a necessidade de revisão judicial imediata. A audiência de custódia, nesse contexto, pode ser adiada indefinidamente até que todas as provas sejam analisadas e o caso esteja mais bem fundamentado para prosseguir no processo judicial.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 61 a 65.

A Lei Federal nº 9.503/1997, conhecida como Código de Trânsito Brasileiro, é a legislação que regulamenta todas as normas e procedimentos de trânsito no Brasil. Ela estabelece diretrizes detalhadas para garantir a segurança, organização e fiscalização das vias públicas, abrangendo desde a circulação de veículos e pedestres até a formação de condutores e penalidades para infrações. Com uma estrutura abrangente, o Código busca promover um trânsito mais seguro e eficiente, contribuindo para a segurança nas vias terrestres do país.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

61. As vias terrestres urbanas e rurais abrangem uma ampla gama de espaços públicos, como ruas, avenidas, estradas e rodovias, todos essenciais para a circulação e

mobilidade da sociedade. A regulamentação do uso dessas vias é realizada por órgãos competentes, que levam em conta as características específicas de cada local, garantindo a segurança e eficiência do trânsito. Entretanto, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) exclui certas áreas da definição de vias terrestres, como praias abertas à circulação pública, vias internas de condomínios e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo. Essas exclusões refletem a intenção de diferenciar os espaços de circulação pública, sujeitos a regulamentações mais rigorosas, daqueles que, por sua natureza privada ou peculiar, não se enquadram nas mesmas normas e restrições do trânsito em vias públicas.

62. Segundo o Art. 1º, § 2º do CTB, o trânsito, em condições seguras, é um direito fundamental e um dever compartilhado por todos os cidadãos e entidades de trânsito. É responsabilidade de cada indivíduo e das autoridades adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito e cumprir rigorosamente as normas de segurança, respeitar a sinalização e os limites de velocidade, além de promover a conscientização sobre comportamentos responsáveis no trânsito. Essa colaboração mútua é essencial para garantir a segurança de todos os usuários das vias, prevenindo acidentes e preservando vidas. Portanto, o cumprimento das regras de trânsito não apenas assegura o direito de circulação em segurança, mas também reforça o compromisso coletivo com a proteção e o bem-estar de toda a sociedade.

63. O § 5º do Art. 1º do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece que, além de prevenir acidentes, os órgãos de trânsito devem considerar o impacto de suas ações sobre a saúde pública. Isso pode incluir a promoção de modos de transporte mais seguros e saudáveis, como ciclovias e calçadas adequadas para pedestres, e a redução da poluição do ar causada por veículos automotores.

64. Considera-se trânsito a utilização das vias públicas por pessoas, veículos e animais, seja de forma isolada ou em grupos, conduzidos ou não, para os diversos fins de circulação, incluindo a movimentação contínua, bem como para atividades de parada, estacionamento e operações de carga ou descarga. Esse conceito abrange todas as formas de interação e movimentação nas vias, refletindo a complexidade e a dinâmica das atividades que ocorrem no espaço viário, garantindo a organização e segurança no uso compartilhado das vias por todos os seus usuários.

65. As disposições do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) são abrangentes e aplicam-se a todos os veículos, sejam eles de origem nacional ou estrangeira, assim como aos seus proprietários e condutores. Isso significa que qualquer pessoa envolvida na condução ou posse de um veículo, independentemente de sua nacionalidade

ou da origem do veículo, está sujeita às regras e regulamentos estabelecidos pelo CTB.

66. Uma empresa de mineração, visando reduzir custos operacionais, decide despejar resíduos tóxicos em um rio próximo à sua planta industrial. A decisão foi tomada pelo diretor executivo da empresa, com o conhecimento e aprovação do conselho administrativo. Nesse contexto, conforme a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a empresa pode ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente, uma vez que a infração ambiental foi cometida por decisão de seus representantes legais no interesse da entidade.

67. De acordo com a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, uma guarda municipal tem a competência para atuar na proteção de quaisquer prédios públicos, incluindo instalações federais, como tribunais federais e agências da Receita Federal, uma vez que sua função é garantir a segurança de bens e serviços públicos em geral.

68. Em um caso de violência doméstica, um pai que agrediu fisicamente seu filho adolescente, após uma discussão, pode ter sua pena privativa de liberdade substituída por pagamento de cesta básica, conforme permitido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a fim de cumprir sua punição de forma menos severa.

69. Um cidadão que, voluntariamente e sem remuneração, auxilia na organização de uma campanha de vacinação promovida por uma prefeitura é considerado agente público para efeitos da Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019.

70. Um segurança privado que agride fisicamente um adolescente para puni-lo por pichar uma parede comete o crime de tortura, conforme definido no Art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, mesmo que o ato não tenha como objetivo obter informação, declaração ou confissão, nem esteja relacionado à discriminação racial ou religiosa.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

RAASCUNHO